DocuSign Envelope ID: 07EA5383-BEB3-4FA3-B80D-F669BE984403

Continuação...

19. Salários e encargos sociais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Obrigações com pessoal	9.639	6.430	9.639	6.430
Obrigações com conselheiros	93	60	93	60
Contribuições sindicais e assistenciais	744	706	744	706
FGTS a recolher	661	579	661	579
INSS a recolher	1.666	9.200	1.666	9.200
Provisões de férias, 13º salários e PLR	28.157	17.933	28.157	17.933
Encargos sobre provisões de férias, 13º salários e PLR	1.730	1.011	1.730	1.011
	42.690	35.919	42.690	35.919
Passivo circulante	(42.397)	(35.573)	(42.397)	(35.573)
Passivo não circulante	293	346	293	346

20. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Funrural a recolher	18	121	18	121
IRRF e Contribuições retidas na fonte	1.785	901	1.785	901
ISS a Recolher	289	108	289	108
IR e CS	3.691	1.161	3.691	1.245
Débitos fiscais em dívida ativa	344.292	334.066	371.869	360.041
Pis/Cofins sobre demais receitas	5.138	(238)	5.138	(238)
Passivo circulante	355.213	336.119	382.790	362.178

O montante dos valores em dívida ativa é composto da seguinte maneira:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
PEP Rompidos (i)	113.654	98.878	113.654	98.878
Auto de Infração ICMS (ii)	72.064	85.051	72.064	85.051
PESA (iii)	130.166	121.169	130.166	121.169
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	26.167	26.909	26.167	26.909
ICMS Auto de Infração Petrocana	-	-	27.577	25.975
IPVA	-	9	-	9
Multas ambientais	2.241	2.050	2.241	2.050
	344.292	334.066	371.869	360.041

(i) Refere-se a Parcelamentos Especiais celebrados com a Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo rompidos em dezembro de 2017; (ii) Autos de infração de ICMS lavrados pelo Fisco paulista reconhecidos em março de 2020 que questiona créditos sobre a aquisição de insumos utilizados nas atividades produtivas da Companhia; (iii) Plano especial de saneamento de ativos, proveniente da aquisição da UPI de Penápolis. Inscrito em dívida ativa devido ao rompimento de reparcelamento em março de 2018 e agosto de 2019. Embora cobrado pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não consiste em dívida tributária. Atualizações realizadas pela taxa Selic. A administração está atualmente discutindo a inclusão do referido débito como crédito extraconcursal, no âmbito do plano de recuperação judicial. As movimentações da dívida ativa são as seguintes:

Controladora	Saldo em 31 de março de 2023	Pagamentos	Redução por decisões judiciais	Apropriação encargos financeiros (a)	Saldo em 31 de março de 2024
PEP Rompidos	98.878	-	-	14.776	113.654
Auto de Infração ICMS	85.051	-	(21.979)	8.992	72.064
PESA	121.169	-	-	8.997	130.166
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	26.909	-	(742)	-	26.167
IPVA	9	(9)	-	-	-
Multas Ambientais/ Cetesb	2.050	-	-	191	2.241
	334.066	(9)	(22.721)	32.956	344.292

Consolidado	Saldo em 31 de março de 2023	Pagamentos	Redução por decisões judiciais	Apropriação encargos financeiros (a)	Saldo em 31 de março de 2024
PEP Rompidos	98.878	-	-	14.776	113.654
Auto de Infração ICMS	85.051	-	(21.979)	8.992	72.064
PESA	121.169	-	-	8.997	130.166
ICMS mensal inscrito em dívida ativa	26.909	-	(742)	-	26.167
ICMS Auto de Infração Petrocana	25.975	-	-	1.602	27.577
IPVA	9	(9)	-	-	-
Multas Ambientais/ Cetesb	2.050	-	-	191	2.241
	360.041	(9)	(22.721)	34.558	371.869

(a) Os referidos passivos estão atualizados substancialmente pela variação da taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central (Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), conforme determinado pela legislação vigente que controla os referidos tributos. (b) Redução de R$ 21.979 referente ao auto de infração ICMS ocorrida por decisão judicial, com redução de multa de ofício a 100% do valor do tributo e alteração do índice de correção para taxa Selic. **21. Adiantamentos de clientes**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Clientes no exterior (i)	143.861	228.444	143.861	228.444
Clientes de etanol	2.852	3.076	2.852	3.076
Clientes de cana de açúcar	140	137	140	137
Clientes de energia (ii)	23.562	22.040	23.562	22.040
Outros	907	413	914	420
	171.322	254.110	171.329	254.117
Passivo circulante	(171.207)	(253.999)	(171.214)	(254.006)
Passivo não circulante	115	111	115	111

(i) Referem-se a adiantamentos recebidos para venda futura de açúcar, com liquidação prevista para a safra 2024/25, e constituem passivos de contratos conforme CPC 47 – Receita de contratos com clientes. (ii) Referem-se a adiantamentos recebidos para venda futura de energia, com liquidação prevista para a safra 2024/25, e constituem passivos de contratos conforme CPC 47 – Receita de contratos com clientes. **22. Impostos e contribuições parcelados**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Parcelamento INSS e FGTS	9.005	4.015	9.005	4.015
Parcelamento ICMS	25.573	45.902	25.573	45.902
Parcelamento de impostos – Refis	17.737	14.350	21.068	18.106
Parcelamento QuitaPGFN	-	24.682	-	24.682
Parcelamento Auto Infração Ambiental	24	29	41	50
Parcelamento Dívida ativa	111	206	111	206
	52.450	89.184	55.798	92.961
Passivo circulante	(20.679)	(50.393)	(21.150)	(50.862)
Passivo não circulante	31.771	38.791	34.648	42.099

Controladora	Saldo em 31 de março de 2023	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Apropriação encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2024
Parcelamento INSS e FGTS	4.015	6.492	(1.745)	(238)	481	9.005
Parcelamento ICMS	45.902	-	(18.486)	(2.461)	618	25.573
Parcelamento de impostos - Refis	14.350	5.970	(3.751)	(662)	1.829	17.736
Parcelamento QuitaPGFN	24.682	-	(21.746)	(3.156)	221	1
Parcelamento Auto Infração Ambiental	29	400	(404)	(71)	70	24
Parcelamento Dívida ativa	206	-	(71)	(24)	-	111
	89.184	**12.862**	**(46.203)**	**(6.612)**	**3.219**	**52.450**
Passivo circulante	(50.393)					(20.679)
Passivo não circulante	38.791					31.771

Consolidado	Saldo em 31 de março de 2023	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Apropriação encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2024
Parcelamento INSS e FGTS	4.015	6.492	(1.745)	(238)	481	9.005
Parcelamento ICMS	45.902	-	(18.486)	(2.461)	618	25.573
Parcelamento de impostos - Refis	18.106	5.970	(4.146)	(732)	1.871	21.069
Parcelamento QuitaPGFN	24.682	-	(21.746)	(3.156)	221	1
Parcelamento Auto Infração Ambiental	50	400	(409)	(73)	71	39
Parcelamento Dívida ativa	206	-	(71)	(24)	-	111
	92.961	**12.862**	**(46.603)**	**(6.684)**	**3.262**	**55.798**
Passivo circulante	(50.862)					(21.150)
Passivo não circulante	42.099					34.648

23. Outros investimentos a pagar

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
PESA - Plano Especial de Saneamento de Ativos	18.156	18.156	18.156	18.156
Contas a pagar UPI Campestre	200	1.585	200	1.585
Direitos creditórios adquiridos	807	14.728	807	14.728
	19.163	34.469	19.163	34.469
Passivo circulante	(18.363)	(18.466)	(18.363)	(18.466)
Passivo não circulante	800	16.003	800	16.003

24 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Controladora e Consolidado) (a) **Natureza dos tributos diferidos** A Companhia, reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, que serão realizados na proporção da resolução final dos eventos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A atual projeção dos resultados futuros da Companhia não apresentam expectativa provável de lucros tributáveis significativos em até cinco anos, sendo assim, não foi possível constituir ativo diferido no montante de R$ 57.448, mesmo que estes não possuem prazo prescricional para compensação.

	Controladora 2024	Controladora 2023
Tributos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais do Imposto de renda e base negativa da contribuição social	144.010	147.844
Variação cambial	93.856	115.597
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, para perdas com créditos de impostos e demais provisões	99.535	101.587
(-) IR/CS diferidos não realizável	(57.448)	(55.691)
	279.953	309.337
Tributos diferidos passivos sobre:		
Diferença de taxa de depreciação	(55.923)	(73.710)
Custo atribuído ao imobilizado	(61.289)	(63.248)
Ativo biológico - valor justo	1.852	(6.902)
Ajuste a valor presente	(326.186)	(95.596)
	(441.546)	(239.456)
Tributos diferidos ativos, líquidos	(161.593)	69.881

Conforme legislação fiscal vigente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição. Em 31/03/2024, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R$ 423.560 e R$ 423.560 (2023 - R$ 434.835 e R$ 434.835), respectivamente, sendo que o crédito tributário diferido no montante de R$ 86.562 (2023 – R$ 92.153) foi constituído contabilmente, com base na expectativa de lucro tributável futuro suficiente para realização desses créditos. Ainda, a Companhia em 31/03/2024 tributos possui diferidos passivos no montante de R$ 230.846, como resultado do Ajuste a Valor Presente no montante de R$ 678.960, sobre a dívida remanescente da opção A transferida à novo credor, que será liquidada em 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, e do alongamento da dívida opção C para 25 anos. (b) **Reconciliação Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

	Controladora 2024	Controladora 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	765.902	(105.725)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	260.407	(35.947)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL		
Variação Cambial Realizada	(17.412)	13.628
Resultado Equivalência Patrimonial	(2.494)	(5.042)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(9.747)	(1.833)
Compensação Ganhos Transação Excepcional	-	(14.769)
Reconhecimento de créditos fiscais (Notas 22 e 24(a))	(2.447)	(105.066)
Outros	17.140	12.958
IRPJ e CSLL apurados	**245.447**	**(136.071)**
Correntes	(17.047)	(92)
Diferidos	(228.400)	136.163
IRPJ e CSLL no resultado	**(245.447)**	**136.071**
Taxa efetiva - %	32%	129%

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	765.902	(103.651)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	260.407	(35.241)
IRPJ e CSLL calculados pelo Lucro Presumido	3.976	2.074
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL		
Variação Cambial Realizada	(17.412)	13.628
Resultado Equivalência Patrimonial	(2.494)	(5.042)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(9.747)	(1.833)
Compensação Ganhos Transação Excepcional	-	(14.769)
Reconhecimento de créditos fiscais (Notas 22 e 24(a))	(2.447)	(105.772)
Outros	14.782	12.958
IRPJ e CSLL apurados	**247.065**	**(133.997)**
Correntes	(21.024)	(2.166)
Diferidos	(228.400)	136.163
IRPJ e CSLL no resultado	**(249.424)**	**133.997**
Taxa efetiva - %	33%	129%

25. Provisão para Demandas Judiciais (Controladora e Consolidado) A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados impostos e contribuições, bem como em análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado Tributos estaduais	Tributos federais	Trabalhistas e cíveis e outros	Total
Saldo em 31/03/2022	-	5.475	71.608	77.083
Adições	-	194	11.676	11.870
Reversões	-	(133)	(27.669)	(27.802)
Atualizações	-	(163)	(577)	(740)
Saldo em 31/03/2023	-	5.373	55.038	60.411
Adições	5.598	18	4.666	10.282
Reversões	-	(1.531)	(10.795)	(12.326)
Atualizações	89	989	1.157	2.235
Saldo em 31/03/2024	5.687	4.849	50.066	60.602

As ações trabalhistas decorrem de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas "*in itinere*" (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração salarial em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos. As reversões referem-se a baixa de processos encerrados. A Companhia tem outras ações de natureza tributária, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R$ 580.523 em 31/03/2024 (R$ 536.253 em 31/03/2023) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a constituição de provisão não é requerida para fazer face a estes processos. No geral, refere-se basicamente a processos tributários em discussão sobre a apropriação de créditos de PIS/COFINS, ICMS, discussões de IRPJ/CSLL, contribuição previdenciária, créditos IPI, dentro outros assuntos. A variação do valor de processos considerados como possíveis é resultado substancialmente de: (i) Aumento de processos de natureza tributária no montante de R$ 46.321, ocasionado por atualizações e baixas de R$ 39.597 e adições de novos processos de 6.724; (ii) Redução de processos de natureza cível no montante de R$ 1.528, ocasionado por revisão da classificação de risco e baixas de R$ 16.305 e R$ 14.777 de adições de novos processos e (iii) Redução pela baixa de processos de natureza ambiental no montante de R$ 523. A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 2.348 em 31/03/2024 (R$ 6.329 em 31/03/2023). Refere-se substancialmente a depósito de processos judiciais de natureza trabalhista e depósito para cumprimento de ordem em agravo de instrumento. **26. Patrimônio líquido (Controladora)** (a) **Capital social** O capital social integralizado é representado por 51.232.924 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. (b) **Dividendos** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme estatuto social da Companhia. Os acionistas assinaram o Acordo de Acionistas datado de 19/07/2013 que determina que sejam excluídos da base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios as mudanças no valor justo dos ativos biológicos. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial** É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. (d) **Lucro líquido básico e diluído por ação** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	519.925	30.346
Quantidade de ações em lotes de mil ações (b)	51.233	51.233
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	10,15	0,59

27. Receita líquida

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de vendas de açúcar	1.380.256	1.123.299	1.380.256	1.123.299
Receita de vendas de etanol hidratado	485.836	528.066	485.836	528.066
Receita de vendas de diesel	-	-	32.739	53.203
Receita de energia	76.796	67.533	76.796	67.533
Receita de Crédito de descarbonização - CBIO	27.649	19.086	27.649	19.086
Receita de vendas de cana-de-açúcar	56.303	20.539	56.303	20.539
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	3.296	1.961	3.296	1.961
Receita de vendas de produtos agrícolas (i)	106.664	-	106.664	-
Outras receitas	2.793	6.935	2.793	6.935
	2.139.593	1.767.419	2.172.332	1.820.622
(-) Impostos e abatimentos sobre receitas	(128.072)	(102.867)	(128.072)	(102.867)
	2.011.521	1.664.552	2.044.260	1.717.755

Referem-se a operação de compra e venda de mercadorias como soja, óleo de soja e farelo de soja para entrega futura com fim específico de exportação. **28. Custos e despesas operacionais**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Insumo - cana-de-açúcar	(761.980)	(867.227)	(761.980)	(867.227)
Variação valor justo dos ativos biológicos (Nota 16)	(25.747)	(27.703)	(25.747)	(27.703)
Outros insumos	(148.920)	(141.625)	(136.160)	(129.605)
Pessoal	(150.985)	(119.573)	(150.985)	(119.573)
Serviços de terceiros	(120.546)	(86.233)	(120.547)	(86.234)
Fretes e carretos	(20.518)	(33.809)	(20.518)	(33.809)
Fretes e carretos - comercial	(142.555)	(125.487)	(142.555)	(125.487)
Depreciação e amortização	(249.866)	(200.851)	(249.890)	(200.884)
Produto para revenda	(151.213)	(12.806)	(178.125)	(58.412)
Energia para revenda	(45.004)	(31.256)	(45.004)	(31.256)
Legais e associação de classe	(1.326)	(432)	(1.326)	(446)
Manutenção entressafra	94.008	98.084	94.008	98.084
Outros custos e despesas	(55.766)	(61.250)	(56.411)	(61.503)
	(1.780.418)	(1.610.168)	(1.795.240)	(1.644.055)
Custo das vendas	(1.564.927)	(1.425.333)	(1.579.080)	(1.458.919)
Despesas de vendas	(148.778)	(128.010)	(149.360)	(128.237)
Despesas administrativas e gerais	(66.713)	(56.825)	(66.800)	(56.899)
	(1.780.418)	(1.610.168)	(1.795.240)	(1.644.055)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	(1.200)	-	(1.200)	-
Receita de vendas de imobilizado	1.383	-	1.383	-
Recuperações de despesas com terceiros e crédito de impostos	1.031	942	1.031	942
Despesas legais	(29.340)	(30.457)	(29.795)	(30.712)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	(191)	16.672	(191)	16.672
Arrendamentos	8.275	6.757	8.275	6.757
Indenizações de seguros	-	1.275	-	1.275
Indenizações e perdas contratuais	(4.420)	(3.976)	(4.420)	(3.976)
Recuperação judicial (i)	(38.551)	(17.319)	(38.551)	(17.319)
Despesas com tributos	12.846	35.326	12.846	35.326
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.160)	(1.968)	(3.159)	(1.969)
	(53.327)	7.252	(53.781)	6.996

(i) Valores referentes ao Acordo de reestruturação, como: serviços de consultoria e assessoria, honorários advocatícios, reembolsos de custos, taxas, despesas de cartório e impugnações de créditos.

30. Resultado financeiro

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	735.878	9.494	735.878	9.501
Juros ativos	5.146	816	5.269	816
Juros s/ aplicações	169	47	170	47
Descontos obtidos (ii)	18.328	291	18.328	291
Parcelamentos de tributos	3.239	-	3.239	-
	762.760	10.648	762.884	10.655
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(80.127)	(27.561)	(80.127)	(27.568)
Juros PRJ (iii)	6.926	(21.381)	6.924	(21.381)
Juros de mora e comissões bancárias	(11.809)	(28.506)	(12.017)	(28.649)
Despesas com parcelamentos de Tributos	(15.082)	(49.713)	(16.446)	(51.053)
Variações monetárias passivas	(107)	(73)	(107)	(73)
Descontos concedidos	(2.804)	(2)	(7.501)	(675)
Ajuste a valor presente (i)	(92.012)	(10.019)	(92.014)	(10.019)
Outros	(217)	(382)	(218)	(382)
	(195.232)	(137.637)	(201.506)	(139.800)
Variações cambiais ativas	307.535	94.553	307.535	94.553
Variações cambiais passivas	(294.803)	(149.755)	(294.803)	(149.755)
	12.732	(55.202)	12.732	(55.202)
	580.260	(182.191)	574.110	(184.347)

Ajuste a valor presente de Arrendamentos a pagar R$ 14.596 (Nota 15), R$ 20.498 de dívida a credores classificados na Opção B – Garantia real e Quirografários do Plano de recuperação judicial, que terão seus créditos liquidados em até 22 anos, com carência de 2 anos contados a partir da homologação do referido Plano e R$ 678.960 de dívida remanescente dos credores UPI classificados nas opções A e C, cedida a Czarnikow, a ser liquidado em parcela única ao final do período de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, no caso de adimplência no pagamento das debentures e alongamento do prazo das parcelas aos credores opção C para 25 anos, conforme acordo de reestruturação (Nota 1.4). (ii) Descontos obtidos de saldo remido dos credores UPI classificados na Opção B do Acordo de reestruturação (Nota 1.4) e negociação de liquidação de empréstimos bancários nas modalidades ACC e pro-renova. (iii) Atualização de juros conforme cronograma de pagamentos e classe de credores listados no Plano de recuperação judicial. **31. Compromissos de compra e venda** A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Apresentamos, a seguir, aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: Contrato de fornecimento de açúcar Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de açúcar a ser produzido até a safra 2026/27, e com condição de preço de referência a ser fixado por *Against Actuals* - AA's ou por Ordens Executáveis - SEO'S, na bolsa de *New York* - NYBOT, resultando em 31/03/2024 nos seguintes saldos remanescentes a serem entregues:

Safra	Volume em toneladas	Valor
2024/25	648.843	1.541.002
2025/26	496.059	1.178.140
2026/27	253.059	601.015

O produto foi valorizado de acordo com preços praticados no mercado em março de 2024. (a) **Fornecimento de energia elétrica** A Companhia possui contratos de fornecimento de energia elétrica na modalidade Leilão de Energia de Reserva – L.E.R, Leilão de Energia de Fontes Alternativas – L.F.A e Ambiente de Contratação Livre - ACL, conforme especificado a seguir:

Modalidade	Vigência	Volume (MWh)	Valor
L.F.A	12/2035	49.190	16.796
ACL	11/2025	120.000	16.343

Os contratos foram valorizados pelos preços praticados por modalidade em março de 2024. **(b) Compromissos com parceria agrícola e compra futura de cana-de-açúcar** A Companhia e suas controladas firmaram contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência de até cinco anos, sendo a maioria renovável ao fim do exercício. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra ou da colheita, pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido em cada contrato. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Safra	Toneladas (mil)
2024/25	7.055
2025/26	6.168
2026/27	4.470
2027/28	3.065
2028/29	1.236
2029/30	358
2030/31	294
2031/32	204
2032/33	177

32. Eventos subsequentes Em 22/05/2024, a Companhia celebrou o acordo de Transação por Adesão conforme modalidade excepcional do artigo 43 da Lei nº 17.843 de 7/11/2023 e Edital de nº 1/2024, a qual prevê a possibilidade de transação de débitos inscritos em dívida ativa no Estado de São Paulo. A Lei passou a vigorar após 90 dias da sua publicação e disciplinada conforme edital publicado pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE, considerando os seguintes benefícios para esta modalidade: ○ O devedor deverá aceitar os termos e condições estabelecidos por edital publicado pela PGE com prazo de adesão até 29/04/2024, sendo esta modalidade exclusiva para débitos de ICMS, com os seguintes benefícios: ○ Desconto de 100% dos juros de mora; ○ Deduzidos os juros de mora, desconto de 50% da totalidade do débito remanescente. A aplicação dos referidos descontos não poderá implicar a redução do valor principal do imposto devido; ○ Pagamento de entrada em dinheiro de 5% do crédito final consolidado; ○ Parcelamento em 120 meses (O edital exige a apresentação de garantia do débito integral para a hipótese de pagamento em mais de 60 parcelas); ○ Utilização de créditos acumulados e de ressarcimento do ICMS, ICMS-ST e de créditos do produtor rural, próprios ou adquiridos de terceiros, devidamente homologados pela autoridade competente, para compensação da dívida tributária principal de ICMS, multa e juros, limitada a 75% do valor do débito; ○ Utilização de créditos líquidos, certos e exigíveis, próprios ou adquiridos de terceiros, consubstanciados em precatórios decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e não mais passíveis de medida de defesa ou desconstituição, conforme reconhecidos pelo Estado, suas autarquias, fundações e empresas dependentes, para compensação da dívida principal, da multa e dos juros, limitada a 75% do valor do débito; ○ Possibilidade de inclusão de saldo de parcelamentos ordinários, especiais e de transação mas apenas em relação aos débitos inscritos em dívida ativa. A Clealco realizou todos os tramites previstos para inclusão dos débitos possíveis, sendo: ○ Apresentação de requerimento preliminar da transação em 29/02/2024; ○ Apresentação do pedido de habilitação dos precatórios em 11/03/2024; ○ Apresentação de proposta(s) para adesão a transação em 25/04/2024;e ○ Pagamento do valor da entrada (5% do saldo após reduções) em 22 e 23/05/2024 (Celebração do acordo). Desta maneira, o saldo da dívida negociada foi de R$ 323.350, que após a Transação o valor remanescente será de R$ 96.696, com redução da dívida total de R$ 226.554. Nos termos do item 76 "a" do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26, a Companhia considerou este evento como um evento subsequente que não origina ajustes de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente.

A Administração

Contador

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP262298/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstraçoes financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Clealco** Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial Clementina - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.3 e 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial por meio da Assembleia Geral de Credores ocorrida em 2 de maio de 2019, composto por um conjunto de ações a serem observadas pela Companhia e suas controladas. Em face da necessidade de alteração nas condições inicialmente aprovadas e homologadas, a Companhia e suas controladas obtiveram aprovação judicial para renegociar as condições do plano de recuperação, através de Assembleia Geral de Credores (AGC) ocorrida em 30 de junho de 2020, conforme detalhado nas referidas notas explicativas. Ainda, em 25 de novembro de 2022, a Companhia convocou Reunião de Credores para deliberação a respeito da implementação de estratégia alternativa para a satisfação das obrigações assumidas em seu Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, visando a dispensa de determinadas obrigações ao referido Aditamento, sendo homologada pelo Juiz da Recuperação Judicial em 16 de março de 2023. Em 18 de maio de 2023, ocorreu o fechamento do referido acordo ao Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, mediante emissão de debêntures na modalidade *Debtor-in-possession financing*, que possibilitou a liquidação de parte substancial da dívida em recuperação judicial detidos pelos credores UPI, desobrigando a Companhia da alienação de sua principal unidade produtiva. Contudo, em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram passivo a descoberto de R$320.289 mil, e capital circulante líquido negativo de R$741.860 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas Notas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e